
Para o feminismo, o capitalismo não tem eco: seguimos em luta contra os desertos verdes, contra a mercantilização da vida!

(Foto: Cíntia Barenho/CEA)

Chegamos a mais um 8 de março, dia internacional de luta das mulheres, no qual nós, mulheres feministas, também lutamos contra a mercantilização da natureza! Mercantilização essa aprofundada pela expansão dos Desertos Verdes, que já estão sendo considerados uma transição para Economia Verde. Processo baseado em falsas soluções ecológicas para um sistema em crise, mas, que de fato visa oportunidades econômicas para integrar à natureza ao mercado.

A expansão dos Desertos Verdes não é uma realidade nova, mas que tem sido aquecida nos últimos anos, especialmente devido as políticas dos países, ditos desenvolvidos, em proibir fábricas e processos poluidores em seus territórios. Proíbem os processos, mas não proíbem o uso dos produtos produzidos por estes. Assim, as empresas buscam outros territórios favoráveis para instalação e/ou ampliação de seus processos industriais poluidores, nos quais a América do Sul tem sido uma das escolhas.

Em várias regiões do Brasil, as empresas de celulose e papel estão espalhando seus desertos verdes de eucaliptos. Em especial na Bahia, no Espírito Santo, no Maranhão, no Mato Grosso do Sul, no Piauí, no Rio Grande do Sul (RS), as empresas se apoderam dos territórios expulsando povos indígenas, quilombolas, camponeses e camponesas de suas terras.

Atualmente o RS tem uma área de mais de 500 mil hectares de monoculturas de árvores exóticas e, segundo projeções, chegaria a cerca de um milhão de hectares de plantações de pinus, eucalipto e acácia até 2015. Os projetos, além de transformar o bioma Pampa em imensos maciços de eucalipto, previam a instalação de fábricas de celulose.

Entretanto, com o agravamento da crise econômica mundial, bem como com a sistemática luta e

resistência local, os investimentos do setor de celulose e papel foram minguando no RS. As empresas que até então ressaltavam a importância e suas boas intenções com o desenvolvimento do RS, mostram sua verdadeira face.

A volta dos que não foram: os novos velhos investimentos voltam ao cenário do RS. A atual ofensiva papeleira é da empresa chilena CMPC (Companhia Manufactureira de Papeis e Cartões, mas que no RS chama-se Celulose Riograndense), na qual, anunciou a compra de 100 mil hectares monocultura de eucalipto e ampliação da fábrica de celulose de Guaíba, utilizando dinheiro público do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O anúncio foi saudado por parlamentares, meios de comunicação (comprometidos com seus anunciantes), como também pelo governo estadual .

São festejados números e cifras, mas nada é esclarecido sobre o processo de licenciamento ambiental, sobre como o Zoneamento Ambiental para atividade de Silvicultura (ZAS) será/está sendo cumprido.

Nós mulheres dizemos não ao capitalismo verde!

Esse breve resumo se faz essencial para conhecermos, minimamente, com quem estamos lidando. A fluidez do capital é grande, a fluidez como o mercado se transmuta também. A chegada da Celulose Riograndense não é nada novo, mas sim mais um passo do processo de mercantilização do território gaúcho.

Para nós mulheres sistematicamente é negado a possibilidade de planejar e projetar o desenvolvimento local. Negado porque o sistema capitalista, que é patriarcal, impõe às mulheres um papel de incapacidade em decidir sobre sua própria vida, sobre sua soberania alimentar, energética, territorial. Para as mulheres espaço privado, para os homens o público.

No entanto, no RS, juntamente com outros movimentos, mulheres camponesas e feministas protagonizamos sistemática luta e resistência local contra a expansão dos Desertos Verdes. Essa resistência abalou as ideias do agronegócio, que achava que no RS haveria condições favoráveis ao seu pleno desenvolvimento. E diante dessa nova ofensiva, precisamos dizer não ao capitalismo verde, chamado falsamente de Economia Verde.

Economia Verde é a forma encontrada pelo sistema capitalista neo-liberal em mercantilizar a vida. Mesmo com a tentativa fracassada na Rio+20, de impor-se como “a agenda” para o próximo período, governos e empresas seguem cunhando essa falácia (vide o mais recente estudo da Organização Internacional do Trabalho).

No caso dos desertos verdes se utiliza da falácia da preservação das florestas em detrimento da expansão de “florestas” plantadas. Utiliza-se um conceito falso de floresta, mascarando que a mesma é uma monocultura de árvores exóticas plantadas com a intenção de serem transformados, especialmente, em pasta de celulose.

Ao invés de regras para limitar os danos ecológicos e/ou mudanças no atual modelo de produção e consumo, a economia verde segue a lógica da compensação e da mercantilização. A compensação pressupõe que um processo poluidor pode ser desenvolvido a priori, desde que se indenize financeiramente o Estado. Já a mercantilização reforça tal princípio e consagra a necessidade de valorar a natureza, cunhando a ideia de que só tem valor que se pode comprar ou vender, negociar no mercado. Ou seja, que é preciso encontrar formas de dotações orçamentárias para se garantir

um “fluxo estável” dos bens naturais (entendidos como meros recursos a nosso serviço).

Assim, esse modelo ilusório e destrutivo afeta diretamente as mulheres, principalmente as trabalhadoras rurais, devido a sua intensa relação com os bens naturais e a divisão sexual do trabalho doméstico. O trabalho de reprodução e de cuidados, de sustentabilidade da vida ainda é uma tarefa majoritariamente das mulheres. Logo, quanto mais o modelo concentra terras, dissemina agrotóxicos, desrespeita legislações ambientais, polui as águas, prioriza o trabalho produtivo para homens, maior é o impacto negativo sobre a vida das mulheres. Essa contabilidade é invisibilizada propositalmente.

Nesse modelo de agronegócio, promover economia verde com monoculturas de árvores exóticas é promover acumulação de capital sem qualquer perspectiva ecológica, conseqüentemente social. Vislumbra-se um mundo onde os elementos naturais e o trabalho das mulheres são inesgotáveis. E qualquer responsabilidade com a promoção de bem-estar deve ser subsidiada pelo Estado.

Mulheres em luta contra a mercantilização!

Assim para nós da Marcha Mundial das Mulheres, o dia 8 de março também é de luta contra a violência do capital sobre os territórios, conseqüentemente sobre nossos corpos, sobre a natureza.

Lutamos por um outro modelo, através da perspectiva da Economia feminista, defendemos a necessidade de um novo paradigma de sustentabilidade da vida. As mulheres criam cotidianamente alternativas concretas à economia dominante, articulando transformações aos modelos de produção, reprodução e consumo. Ou seja, nós mulheres já desenvolvemos soluções reais que passam pela promoção da Soberania Alimentar e Energética, pela Agroecologia, pela Economia Solidária; também pelo reconhecimento e valorização dos conhecimentos ecológicos tradicionais dos povos; pela defesa das florestas e da biodiversidade, dentre outros. A mudança de paradigma já está acontecendo, mas precisam que as políticas públicas estruturantes sejam reorientadas ao desenvolvimento dos povos e não do capital.

Economia Verde é uma falsa solução! Economia feminista é a nossa solução!
Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres!

Cíntia Barenho, Coordenadora de Projetos do Centro de Estudos Ambientais (CEA) e militante da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), email: cintia.barenho@gmail.com